

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## FORMAÇÃO DO MST E LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fabiano Coelho  
Doutor em História – PPGH/UFGD  
Pós-Doutorando em História Social – PPGH/UFF  
Pesquisador Associado do INCT Proprietas  
Bolsista CAPES/Brasil  
fabianocoelho@ufgd.edu.br

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em mais de três décadas de existência, se constituiu como um dos movimentos sociais mais expressivos da história do Brasil, tanto por sua longevidade, quanto por suas mobilizações e atuação no cenário político brasileiro. O Movimento<sup>1</sup> está organizado em vinte e quatro estados do território brasileiro, em suas cinco regiões, e desenvolve diversas atividades em prol da reforma agrária. A criação do MST é registrada oficialmente em janeiro de 1984, no decorrer do *I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais*, realizado no município de Cascavel/PR. Embora, a proposta de criação de um movimento social nacional de luta pela terra foi gestada em fins da década de 1970, com a articulação de lideranças de trabalhadores rurais sem-terra de diversos estados.

A proposição deste texto visa refletir sobre a formação do MST no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Deste modo, utilizo como fontes documentos sobre a luta pela terra nos anos de 1980 em MS e entrevistas realizadas com militantes/integrantes do MST/MS que participaram do processo de organização do MST no estado. Os documentos foram encontrados no arquivo do MST/MS, em Campo Grande, durante pesquisas realizadas no ano de 2020, e propiciam pistas sobre a formação e a organização do Movimento em MS, considerando a dinâmica e a complexidade da luta pela terra no estado na primeira metade da década de 1980.

O trabalho vincula-se ao projeto intitulado *MST no estado de Mato Grosso do Sul (1984-1990): contribuições ao debate histórico*, desenvolvido pelo autor em seu estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), sob a supervisão da Profa. Dra. Márcia

---

<sup>1</sup> Quando escrevo Movimento com letra maiúscula, refiro ao MST.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Maria Menendes Motta. Ressalta-se que, a pesquisa, foi iniciada em fevereiro de 2020 e se encontra em desenvolvimento. Posto isso, acredita-se que o estudo contribuirá para a historiografia dos movimentos sociais rurais no Brasil, com o registro, a memória e a escrita da história do MST em MS. Também, abre novos horizontes para compreender os caminhos e os descaminhos do MST na luta pela reforma agrária, bem como suas especificidades no estado de MS.

Uma das justificativas deste trabalho é chamar a atenção para a necessidade de pensarmos a formação do MST em diferentes regiões e estados, pois existem particularidades na formação do Movimento, considerando os territórios e as forças políticas e econômicas locais, as organizações dos trabalhadores rurais e as entidades que apoiam e/ou dificultam os trabalhos da organização. Isto é, precisamos ampliar os olhares sobre os *MSTs* no Brasil, entender a complexidade das lutas e que o Movimento não é homogêneo, embora sua Direção Nacional tenha objetivos gerais e bandeiras de lutas que mobilizam a organização. Há experiências compartilhadas na formação do MST em diversos estados, porém há também particularidades, e é isso que a pesquisa, em desenvolvimento, pretende demonstrar.

O número de pesquisas relacionadas ao MST cresceu consideravelmente, especialmente, a partir da década de 1990, momento em que o Movimento se organizou em diversos estados do território nacional, chamando a atenção dos meios de comunicação. Estudiosos dos mais variados campos do saber se debruçam para compreender as diversas relações que envolvem a consolidação do Movimento no Brasil e chamam a atenção para seus ideais políticos, econômicos, sociais e culturais. Sandra Jatahy Pesavento, por exemplo, destaca a riqueza simbólica e a capacidade de mobilização política construídas pelo MST em sua trajetória de lutas. Em relação aos movimentos sociais como campo de investigação histórica, diz que “estes correspondem a uma espécie de laboratórios, ao vivo, de construção e aplicabilidade das representações sociais” saltam aos olhos do pesquisador (PESAVENTO, 2004, p. 94).

Em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nas mais diversas áreas do conhecimento, há uma quantidade significativa de pesquisas sobre o MST. A heterogeneidade das análises enriquece e auxilia o entendimento da luta pela terra e o do Movimento, assim como as particularidades de sua organização em algumas

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

localidades. Citam-se, por exemplo, trabalhos voltados à compreensão de práticas internas do Movimento, à compreensão de seu ideal revolucionário, de suas bases políticas e de sua militância. Há, também, uma amplitude de pesquisas direcionadas ao entendimento de acampamentos e assentamentos vinculados ao MST, de práticas e dinâmicas internas a esses lugares sociais. E pesquisas que visam à compreensão do Movimento a partir de uma ótica nacional e de sua inserção no campo político mais amplo e estrutural.

Sobre a historicidade, organização e desenvolvimento do MST no Brasil, destacam-se as seguintes referências: Bernardo Mançano Fernandes (1996; 1998; 2000; 2001; 2004; 2005; 2008; 2010; 2012), Miguel Carter (2010), João Pedro Stedile (1997); Carlos Alberto Feliciano (2006); Maria Celma Borges (2010), Claudinei Coletti (2005), Debora Franco Lerrer (2008), José de Souza Martins (1993; 1997; 2000; 2011; 2012), Émerson Neves da Silva (2004), Leonilde Servolo de Medeiros (1989; 1997; 2010) e Cristiani Bereta da Silva (2004). As autoras e os autores citados possibilitam compreender que, estudar o Movimento, desvela-se em compreender os caminhos e os descaminhos do seu devir, e que os seus discursos e suas práticas não são estáticas. A história do MST é uma história em construção.

Há experiências interessantes de pesquisas sobre o MST em alguns estados brasileiros, como a pesquisa de Helena Lewin, Ana Paula Alves Ribeiro e Liliane Souza e Silva (2005), em que se dedicaram a compreender organização e atuação do Movimento em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. As autoras refletem sobre a luta pela terra e o MST em Campos dos Goytacazes, chamando a atenção para as ocupações, a formação de base, a educação, a saúde, as mulheres, as discussões de gênero etc. As experiências do MST em Campos dos Goytacazes demonstraram a complexidade da luta pela terra, da organização dos assentamentos rurais, a atuação do MST/RJ e sua relação com os princípios organizativos do MST/Brasil.

Um dos primeiros e mais abrangentes estudos sobre o MST é o livro *A Formação do MST no Brasil*, de Bernardo Mançano Fernandes (2000), fruto de sua Tese de Doutorado em Geografia Agrária defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 1999. Fernandes pesquisou 21 estados e o Distrito Federal para entender a

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

formação e territorialização do Movimento no Brasil. Assim, trabalhou com diversos materiais produzidos pelo MST e refletiu sobre a ampla e complexa estrutura organizacional que organizou nos estados brasileiros entre os anos de 1984 e 1999.

A pesquisa de Lerrer também se soma aos estudos que pensam a organização e o desenvolvimento do MST em regiões específicas. A autora analisou a trajetória de militantes sulistas do MST que foram para o Nordeste entre a década de 1980 e meados da década seguinte, visando contribuir com a organização do Movimento na região. Nesse sentido, reflete sobre os aspectos culturais, sociais e políticos da migração desenvolvida. O processo de migração contribuiu para o que chama de “nacionalização” do MST, fomentando suas metodologias de lutas, desenvolvendo sua identidade política e estilo de militância.

Há outros textos relevantes que abordam experiências de formação do MST em outros estados, como: *Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul*, de Miguel Carter (2010); *De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará*, de Gabriel Ondetti, Emmanuel Wambergue e José Batista Gonçalves Afonso (2010); *Assentamentos Rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais*, de Sonia Maria P. P. Bergamasco e Luiz Antônio Norder (2010); e *Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência*, de Wendy Wolford (2010). Esses estudos possibilitam refletir e problematizar como o MST se organizou em localidades, regiões e estados, considerando os contextos, os sujeitos envolvidos e a dinâmica da luta pela, assim, evidenciam que o Movimento não é homogêneo, mesmo tendo princípios gerais que norteiam a sua organização nos estados brasileiros.

No estado de MS a organização do MST é fruto de resistência ao processo de expropriação e exploração (MARTINS, 1991). O estado é situado na região Centro-Oeste e faz divisa com outros cinco estados (Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná) e fronteira com dois países (Paraguai e Bolívia). A área do seu território é de 357.145,53 km<sup>2</sup> e a população estimada em 2.748.023 habitantes, com base no censo demográfico do IBGE, de 2010<sup>2</sup>. Com baixa densidade demográfica, 6,86 habitantes por quilometro quadrado, o MS é um dos estados brasileiros com a menor distribuição da população pelo território, e “tornou-se um território cobiçado pelo setor

---

<sup>2</sup> Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso: 07 jun. 2020.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

agrícola nacional e internacional que o transformou em uma terra de latifundiários” (FREITAS, 2020, p. 17). O MS é um “estado jovem”, pois foi criado a partir do desmembramento do território de Mato Grosso (Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo presidente Ernesto Geisel), e efetivamente implantado em 1979 com instalação do governo.

O estado de MS possui 79 municípios e se apresenta como o quinto estado brasileiro com maior concentração de terras, conforme é possível observar pelo índice de Gini<sup>3</sup>. Em 2010 o índice de Gini do estado era 0,806; em 2013 0,805; e em 2016 0,805. Em relação a concentração de terras, a partir do índice de Gini, o estado de MS só fica atrás do Amazonas, Distrito Federal, Pará e Bahia. O MST, não só no MS, mas em todo Brasil, nasceu a partir das contradições sociais, dos conflitos de terras, e das mazelas no campo. As lideranças de trabalhadores rurais que articularam a criação do Movimento nacionalmente entenderam que unificando as lutas no campo se fortaleceriam e, com isso, ampliariam as estratégias de lutas e conquistas.

Em fins da década de 1970 e 1980 havia um cenário tenso e conflituoso em MS, especialmente, com os arrendatários de terras e os brasiguaios<sup>4</sup> que retornavam ao Brasil, para as cidades fronteiriças do MS. Encontrei um conjunto de documentos interessante que se referem a esses sujeitos/grupos (arrendatários e brasiguaios) recorrentemente. O documento *Movimento dos Sem-terra*, datado de 7 de maio de 1983, relata a organização de trabalhadores rurais sem-terra no município de Eldorado, sul de MS, chamando a atenção para a situação das famílias arrendatárias de terras, que estavam prestes a ter o contrato de arrendamento findado.

---

<sup>3</sup> Pela metodologia do índice de Gini, quanto mais próximo de 1, maior é a concentração fundiária.

<sup>4</sup> Sobre os brasiguaios, ver: BALLER, Leandro. **A invenção das fronteiras**: histórias, experiências e sentidos na mobilidade entre Brasil e Paraguai. Curitiba: Editora CRV, 2021.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História**  
**Rio de Janeiro/RJ, 2021**

**Imagem 1:** *Movimento dos Sem-terra*, Eldorado, 7 de maio de 1983

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Eldorado, 07 de maio de 1983

## MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

I - O município de Eldorado é constituído praticamente por grandes e médias latifúndios, com predominância de pecuária. A selvagem distribuição da terra neste município faz com que o boi substitua o homem.

Algumas fazendas tem pequenas arrendamentos, absorvendo um número muito grande de famílias. No entanto o preço desses arrendamentos estão no fim. E não temos recursos e nem para onde ir. Muitas de nessas famílias estão com seus contratos automaticamente vencidos.

Lembramos ainda que nestes últimos 5 anos, inúmeras famílias tiveram que sair do município para outras regiões do país em busca de terra para trabalhar.

No censo de 1970, o município tinha uma população de 35.000 habitantes, em 1980 a população baixou para 16.000 habitantes. Neste mesmo período as áreas das fazendas aumentaram bastante, bem como o número de bois.

Diante desta situação, nós lavradores que ainda restamos, estamos desesperados com o futuro próximo. Semelhante heuvar medidas urgentes a população perderá sair mais ainda, aumentando assim o processo de afavelamento nas cidades e outras consequências desastrosas para o trabalhador.

Há mais de um ano que estamos nos reunindo em grupos de famílias, comunidade para estudarmos a nossa situação e descobrir nos soluções urgentes.

No dia 7 deste mês realizamos uma grande assembleia em Eldorado e aprovamos as seguintes propostas, para solucionar os nossos problemas:

Fonte: Arquivo MST/MS (grifos meus)

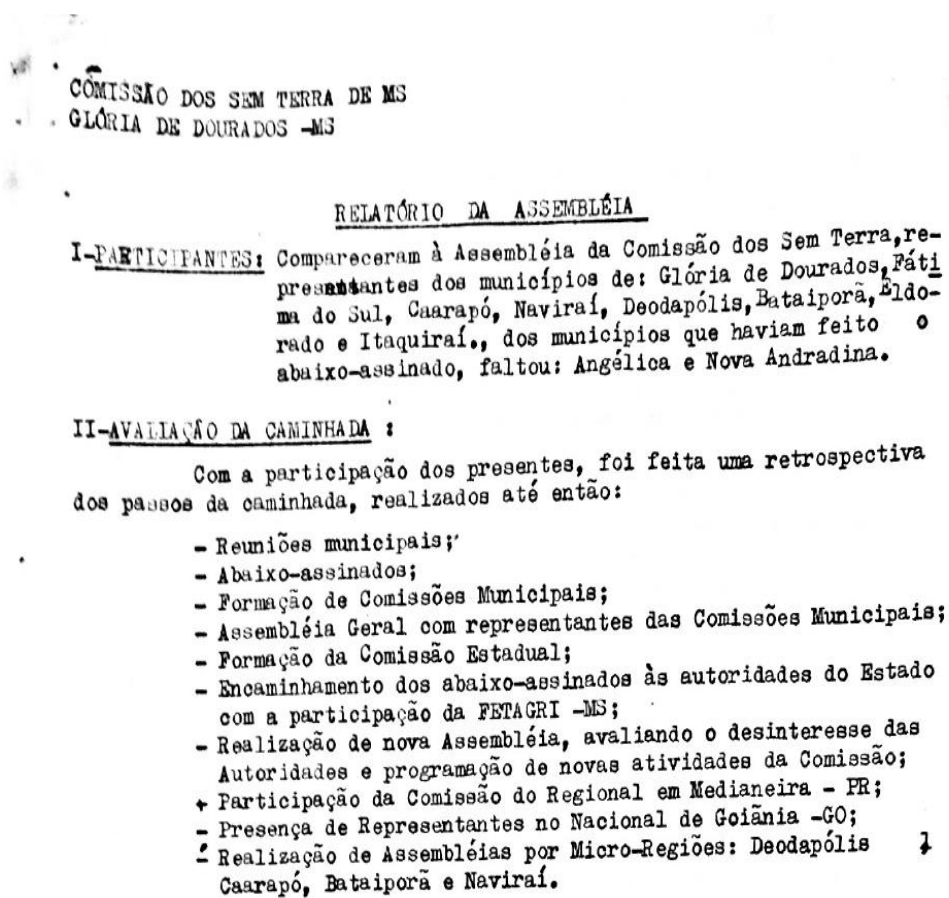
A fonte assinala a tensão e os conflitos no campo em MS no início da década de 1980. As famílias de arrendatários que participaram da assembleia em que fora produzido o documento enfatizavam que, diante da situação, não tinham “recursos e nem para onde ir” (MOVIMENTO DOS SEM-TERRA, Eldorado, 7 de maio de 1983). No documento propunha-se que o governo do estado adquirisse terras para assentar as famílias da região que abrangia o município de Eldorado. Tal documento e outros atestam que a luta pela terra em MS, na segunda metade do século XX, não se inicia

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com o MST. Ainda, na Ditadura Militar (1964-1984), especialmente no início da década de 1980, existiam grupos que se organizaram em sindicatos de trabalhadores rurais e na CPT para construir uma *agenda* de mobilizações e de lutas pela terra.

O documento *Relatório da Assembleia. Comissão dos Sem Terra*, que trata da assembleia desenvolvida pela *Comissão dos Sem Terra* no município de Glória de Dourados, em 1982, oferece pistas para tecer uma narrativa sobre as articulações dos trabalhadores sem-terra à época. Nesta assembleia participaram trabalhadores rurais dos municípios de Glória de Dourados, Fátima do Sul, Caarapó, Naviraí, Deodópolis, Bataiporã, Eldorado e Itaquiraí. Os municípios citados estão localizados na região sul do estado que, historicamente, foi cenário de diversos embates pela terra.

**Imagem 2:** Comissão dos Sem Terra de MS, Glória de Dourados – MS (p.1)



Fonte: Arquivo MST/MS

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A *Comissão dos Sem Terra no MS*, a que se refere o documento, tinha a participação ativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aliás, a criação do MST contou com o papel crucial que a Igreja Católica, por meio dos agentes da CPT. Ao pesquisar a trajetória histórica do MST, necessariamente, recorre-se aos trabalhos dos agentes religiosos junto aos trabalhadores sem-terra para organização do Movimento. Entre as principais lideranças que articularam a criação do Movimento há o reconhecimento da importância do trabalho desempenhado pelos agentes religiosos, sobretudo, os trabalhos ligados à CPT.

Após sua criação em 1984, o Movimento se preocupou em sistematizar a sua história, de modo que há referências sobre a CPT em diversos materiais de sua organização. Entre os mais significativos está o Caderno de Formação Nº 30, escrito por Bernardo Mançano Fernandes e publicado em 1998, em que evidencia o trabalho significativo de agentes religiosos para o engajamento dos trabalhadores na luta pela terra e para a organização do MST (1998, p. 29-32). No ano da criação do MST, em MS, ocorreram algumas ocupações de terras, dentre elas a da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema, que se tornou uma referência histórica de luta pela terra no estado e para o próprio MST (LIMA JUNIOR, 2020). A ocupação da gleba Santa Idalina teve a participação ativa e assídua dos agentes da CPT/MS (BORGES; KUDLAVICZ, 2008).

Em relação ao MST no estado de MS há poucas pesquisas que tornam este movimento social no território sul-mato-grossense como central, considerando sua historicidade e organização. Existe uma literatura relevante sobre reforma agrária e experiências de luta pela terra no MS, em especial, a partir da década de 1980 (ALMEIDA, 2006; FABRINI, 1996; MENEGAT, 2009; FARIAS, 2006; 2002; CORTEZ, 1986; 1995; FALCHI, 2007; FACHIN, 2015; FREITAS, 2020), mas não tomam o MST como central em sua narrativa.

Destaco dois trabalhos interessantes, produzidos em tempos e áreas distintas, que abordaram o MST/MS como tema/objeto de pesquisa. O primeiro é o trabalho monográfico em História de Dirlete Dellazeri, *O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul – 1984 a 1993*, produzido em 1994 na Universidade de Ijuí/RS. A autora objetivou compreender a organização do MST/MS em seus

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

primeiros dez anos no estado, chamando a atenção para a situação agrária do território, a origem do Movimento, sua base social, organização e formas de luta no estado. Este trabalho é, talvez, a primeira experiência investigativa (acadêmica) sobre o Movimento no MS. Outra produção relevante sobre o MST/MS é a dissertação de Mestrado em Geografia defendida em 2020 no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL – UNESP/SP), de autoria de Fagner Lira Bezerra, intitulada *A territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate paradigmático como método de análise*. Sob a perspectiva teórica do Paradigma da Questão Agrária (PQA), Bezerra aventurou-se em compreender o processo de formação e territorialização do MST/MS entre os anos de 1979 a 2019.

Os trabalhos citados trazem olhares sobre o MST no território sul-matogrossense, e atentam para o desenvolvimento da organização e os embates enfrentados pelo Movimento ao longo do tempo. Destaca-se que, Dellazeri e Bezerra, na época da escrita dos textos, militavam no Movimento. Os olhares são acadêmicos, mas ao mesmo tempo da militância, de quem conhece a organização internamente. Esse aspecto é enriquecedor, pois traz detalhes significativos do MST/MS, ao mesmo tempo abre brechas para outras possibilidades de estudos sobre o Movimento.

O MST foi forjado a partir do latifúndio, das contradições do capitalismo no campo e das ocupações de terra. A ação de ocupar a terra é muito forte, presente e simbólica nas memórias dos protagonistas da luta pela terra. A partir das fontes analisadas (entrevistas e documentos escritos do MST/MS) é possível dizer que o Movimento foi criado no estado no ano de 1985, após o *I Congresso Nacional do MST* realizado no mesmo ano no município de Curitiba/PR. É importante salientar que, trabalhadores rurais de MS, acompanharam/participaram da criação do MST em 1984. As narrativas de Luís Bissoli e Ferrari são importantes para entender o processo de formação do MST em MS.

Então, eu não sei se já teve umas reuniões que teve lá para Cascavel, porque em outros estados já existia o MST, né. **Mas antes eu participei de um Congresso em Curitiba organizado pela CPT, só que lá foi criado o Movimento Sem Terra aqui no estado**, mas já tinham os primeiros passos que já tinha em Cascavel numa reunião — até que meu pai foi nessa reunião

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em Cascavel, que eram os primeiros passos, mas ainda não era o Movimento Sem Terra, ainda era a CPT (BISSOLI, 2021).

Em 85. Aí nesse Congresso então, é, o pessoal que foi para o Congresso, eu acabei não indo para o Congresso. [...]. **Os companheiros que saem da Padroeira do Brasil, que eram meio que Coordenação Estadual ali, vai para o Congresso.** A gente não foi, e lá foi relatado essa pequena divergência interna dentro do estado, a partir daí então já foi tirado um pessoal que ficou na coordenação nacional para vir para o estado, pra fazer toda uma discussão, e fazer esse processo de transição. **Nós não podíamos ignorar a CPT, mas a CPT não podia ficar com o [...], me foge a palavra, mas assim, não podia ficar com a tutela, não sei se é a palavra correta, mas ficar com a tutela do Movimento.** Então, teria que, digamos assim, estar mais como uma assessoria de fato, e aí os dirigentes assumir a direção do Movimento (FERRARI, 2021).

Luís Bissoli e Ferrari sinalizam que o MST, enquanto um movimento distinto e ligado à sigla nacional, foi criado no estado no ano de 1985. Embora, até o final da década de 1980 as ações do Movimentos estavam atreladas à CPT. Tanto na documentação consultada, quanto nas entrevistas que realizei para a pesquisa, a formação do MST/MS, em seus primeiros 5 anos, teve diversos momentos de tensão. As entrevistas de Luís e Ferrari possibilitam perceber a dificuldade do Movimento se desassociar à CPT, embora a Comissão fosse fundamental no apoio e assessoria dos movimentos de de luta pela terra. Ao narrar - “Nós não podíamos ignorar a CPT, mas a CPT não podia ficar com o [...], me foge a palavra, mas assim, não podia ficar com a tutela, não sei se é a palavra correta, mas ficar com a tutela do Movimento (FERRARI, 2021) – Ferrari elucida essa questão, isto é, não dava para abrir mão do apoio da CPT, porém, o MST precisava criar sua autonomia.

Até o final da década de 1980 a secretaria estadual do MST funcionava no município de Dourados, se transferindo definitivamente para a capital Campo Grande no ano de 1991. Ferrari narra as dificuldades da formação do Movimento em seus primeiros 5 anos:

Então a partir daí que cria o Movimento no estado. Começa com uma pequena secretaria em Dourados, algumas pessoas, e aí começa então preparar outras ações, e por incrível que pareça, sim, junto com a CPT, não tinha problema, mas estava bem mais claro os papeis, os papeis. Foi quando então aconteceu a ocupação aqui em Itaquiraí, em 89, que hoje é o assentamento Indaiá, e no mesmo período saiu a ocupação da fazenda Santa Lúcia, no município de Jateí, nos fundos de Novo Horizonte do Sul. Então, foram 2 ocupações dos companheiros que estavam na linha de frente da CPT e os companheiros que estavam na linha de frente do MST. [...]. E a partir

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dali que, aí o Movimento ganhou corpo. Até então, ali no final da década de 80, a gente tinha, era meia dúzia de pessoas mesmo, com muita dificuldade. Foi nesse tempo que já apareceu também aqui para o lado de Amambai umas articulações (FERRARI, 2021).

As tensões e dificuldades envolvendo a formação e a organização do MST em MS não eram exclusivamente em torno da CPT e outras entidades que não apoiavam a organização do MST em MS. Existiam tensões e dificuldades internas: ausência de quadros e estrutura, e conflitos entre as lideranças. O trabalho da Dirlette (1994) buscou captar essas tensões e o que denomina “rachas” entre lideranças do MST na segunda metade da década de 1980. Entre 1987 e 1988 há um *vazio* nas ações do MST no estado, advindos das dificuldades internas e externas do Movimento em se organizar no estado.

A partir de análises (em desenvolvimento) da documentação do MST e das narrativas dos entrevistados, foi a partir de 1989 que o Movimento iniciou seu processo de autonomia em MS, em que os trabalhadores tiveram condições e passaram a tomar as decisões das lutas. No final da década de 1980 o MST/MS começou a formar os quadros da militância. Nos anos de 1990 vieram militantes de outros estados e foram fundamentais para contribuir com a organização, como Egídio Brunetto, de Santa Catarina, que chegou em 1991.

Com a transferência da secretaria do MST de Dourados para Campo Grande, em 1991, o MST avançou em sua organicidade, formação de quadros, formar os setores e os coletivos. Ou seja, estruturou sua organização no território sul-mato-grossense. De 1985 a 2021, o MST/MS está “territorializado” em 55 assentamentos<sup>5</sup>, e se estrutura em 5 regionais (Pantaneira, Fronteira, Sul, Centro-sul e Vale do Ivinhema).

A questão agrária e a reforma agrária são questões políticas. O Brasil, forjado sob a égide do latifúndio e do escravismo, vive uma “história do inacabado”. A questão agrária e a reforma agrária no país são exemplos disso. Em mais de 5 séculos de existência, o território denominado Brasil tem na propriedade latifundista o seu “marco regulador” e a “sentinela” dos arcaísmos presentes na sociedade e na política.

Os assentamentos rurais, identificação, reconhecimento e demarcação de territórios dos povos originários são conquistas dos grupos e movimentos articulados. Não há conquista no Brasil que não seja a partir das lutas. Os movimentos sociais têm

---

<sup>5</sup> No estado de Mato Grosso do Sul existem 204 assentamentos de reforma agrária.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

provado que não há transformação sem luta. No caso da reforma agrária no Brasil, as políticas de reforma agrária e a criação de assentamentos rurais são conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

## Fontes

BISSOLI, Luiz. Entrevista. Concedida a Fabiano Coelho no dia 26 de março de 2021, assentamento São Manoel, Anastácio/MS.

FERRARI. Entrevista. Concedida a Fabiano Coelho no dia 28 de junho de 2021, assentamento Tamakavi, Itaquiraí/MS.

MOVIMENTO DOS SEM-TERRA, Eldorado, 7 de maio de 1983.

RELATÓRIO DA ASSEMBLEIA. Comissão dos Sem Terra. Glória de Dourados/MS, 1982.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção: a luta pela terra e o habitus de classe.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BALLER, Leandro. **A invenção das fronteiras: histórias, experiências e sentidos na mobilidade entre Brasil e Paraguai.** Curitiba: Editora CRV, 2021.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. P; NORDER, Luiz Antônio. Assentamentos Rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010. p. 331-351.

BEZERRA, Fagner Lira. **A Territorialização do MST no Mato Grosso do Sul (1979-2019): o debate paradigmático como método de análise.** 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, UNESP, São Paulo.

BORGES, Maria Celma. **O Desejo do Roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP.** São Paulo: Annablume, 2010.

BORGES, Maria Celma; KUDLAVICZ, Mieceslau. História e Vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In: ALMEIDA, Rosemeire A. de (Org.). **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 81-111.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CARTER, Miguel. Origem e consolidação do MST no Rio Grande do Sul. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010. p. 199-235.

COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP.

CORTEZ, Cácia. **A Travessia do Rio dos Pássaros**. Belo Horizonte: SEGRAC, 1986.

CORTEZ, Cácia. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos**. s. l.. Brasil Agora, 1995.

DELLAZERI, Dirlete. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Mato Grosso do Sul – 1984 à 1993**. 1994. Monografia (Curso de História). Universidade de Ijuí, Ijuí/RS.

FABRINI, João Edmilson. A posse e concentração de terra no sul de Mato Grosso do Sul. ALMEIDA, Rosemeire A. de (Org.). **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p. 53-79.

FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremo sul de Mato Grosso e de reordenamento no sul de Mato Grosso do Sul: da colonização à reforma agrária (1943-2000)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FALCHI, Edna de. **Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FARIAS, Marisa de Fátima L. de. **Acampamento América Rodrigues da Silva**. Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.

FARIAS, Marisa de Fátima L. de. **Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara/SP.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010. p. 161-197.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação Nº 30 (MST). São Paulo: Editora Perez, 1998.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. In: **OSAL**. Año IX, nº 24, outubro de 2008. p. 73-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST mudando a questão agrária. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **O Brasil Não é Mais Aquele...** Mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 237-245.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Vinte anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 273-291.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Eliane Constantino. Políticas Fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Land Governance in Brazil. **Framing the Debate Series**, n. 2. ILC, Roma, 2012. Disponível em: [http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/1372/FramingtheDebateBrazil\\_Portuguese.pdf](http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/1372/FramingtheDebateBrazil_Portuguese.pdf). Acesso em: 06/09/2014, às 22h.

FREITAS, André Alexandre R. de. **A reforma agrária em Mato Grosso do Sul: os dilemas e possibilidades nos assentamentos rurais a partir de dados do INCRA**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2020. 187f. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

LERRER, Debora Franco. **Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST**. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

LEWIN, Helena; RIBEIRO, Ana Paula Alves; SOUZA E SILVA, Liliane. **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

LIMA JUNIOR, Nelson de. **“A gente vinha caminhando, caminhando e agora encontramos o lugar de parar”**: os brasiguaios na (re)ocupação da Gleba Santa Idalina e a a ressignificação da nova morada (1984-1986). Campo Grande: Life Editora, 2020.

MARTINS, José de Souza. **A Política do Brasil: lumpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997. p. 11-76.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais). 4ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo. V. 11, nº 2, p. 97-128, fevereiro de 2000.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Impactos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: João Pedro Stedile. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 77-93.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010, p. 113-136.

MEDEIROS, Leonildo e Sérvolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010. p. 257-284.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento** - Relações de Gênero e Subjetividades no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e Ideário do MST**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

WOLFORD, Wendy. Assentamentos do MST em Pernambuco: identidade e resistência. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora da Unesp, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford e Nead/MDA, 2010. p. 373-393.